

## CT DE FLORESTAS, BIODIVERSIDADE E AGROPECUÁRIA

REUNIÃO DE 14 DE MARÇO DE 2017, EM BRASÍLIA - DF



A Câmara Temática (CT) de Florestas, biodiversidade e agropecuária (CT #1) foi instalada no dia 14 de março na sala de reuniões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sob a coordenação do Secretário Executivo do Fórum, Alfredo Sirkis, com a presença do Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho e os seguintes participantes:

	Instituição	Nome
1	ABAG	Luiz Cornacchioni
2	AC	Alberto Tavares
3	Associação Comunitária RDS Rio Negro	Sebastião Mendonça

4	Agroicone	Rodrigo Lima
5	Casa Civil	Milena S M Medeiros
6	Casa Civil	André L C de Andrade
7	CNA	Nelson Ananias
8	CNI	Mário Cardoso
9	Coalizão Clima, Agricultura e Florestas	Marcelo Furtado
10	Coalizão Clima, Agricultura e Florestas	Luana Maia
11	EMBRAPA	Gustavo Mozzer
12	ESALQ	Fabio Marin
13	FAS	Virgilio Mauricio Viana
14	FBF	Mayara Machado
15	FBMC	Alfredo Sirkis
16	FBMC	Natalie Unterstell
17	FBMC	Sally Janzen
18	GTA	Joci Aguiar.
19	IBA	Fabio Marques
20	IDESAM	Mariano Cenamo
21	IMAFLOA	Luis Fernando Guedes Pinto
22	Independente	Tasso Rezende de Azevedo
23	IPAM	André Guimarães
24	MAPA	João Campari
25	MAPA	Edson Leite
26	MAPA	José Rodrigues Pinheiro Dória
27	MAPA	Pedro Alves Correa Neto

28	MMA	José Sarney Filho
29	MMA	Gilberto Soares
30	MMA	Livia Marques Borges
31	MMA	Monique Ferreira
32	MMA	José D G Miguez
33	MMA	Everton Lucero
34	MMA	Thelma Krug
35	MRE	José Antonio M de Carvalho
36	MRE	Reinaldo Salgado
37	MRE	Luiz Andrade
38	OC	Carlos Rittl
39	SFB	Raimundo Deusdará
40	SFB	Joberto Freitas
41	SFB	Marcus Vinicius Alves
42	SFB	Cássia Saretta
43	SRB	Dulce Benke
44	UFMG	Raoni Rajão
45	Umbelino Lobo	Jackeline Brito
46	WRI	Viviane Romeiro
47	WWF	André Nahur

**Resumo das deliberações:** A reunião tratou de questões de curto prazo e da elaboração de cenários para a implementação da NDC brasileira, no setor, até outubro de 2017. Foram criados três grupos de trabalho para tratar do repique do desmatamento, examinar a questão dos *offsets* florestais para a compensação de emissões da aviação civil internacional e da dinamização

do plano ABC com a ambição de estender seus critérios, técnicas e objetivos de descarbonização para o Plano Safra. Foi definido um cronograma de discussão, com reuniões mensais, para a elaboração de cenário de implementação da NDC, no setor que corresponde a cerca de 60% das emissões brasileiras de GEE. A metodologia de discussão e a forma dos produtos será definida a partir da segunda reunião da CT1 quando serão ouvidas exposições atinentes ao setor da parte dos apresentadores dos quatro estudos-base para o processo de discussão da NDC: 1) Opções de Mitigação 2) Les Brasil 3) Documento do BID 4) Brasil 2040. Essa reunião será em abril.

## **RESUMO DE COMENTÁRIOS E ENCAMINHAMENTOS**

### **• Comentários das autoridades:**

- O Secretário Executivo abriu a reunião, explicando brevemente a intenção do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas de desenvolver uma capilaridade para além das reuniões anuais com o presidente da república e trabalhar por meio de 9 Câmaras Temáticas, a fim de recomendar uma estratégia para implementação da NDC brasileira e para o desenvolvimento resiliente e de baixo carbono de longo prazo.
- Mais especificamente, a Câmara das Florestas, da Biodiversidade, da Agricultura e da Pecuária terá, em primeiro lugar, de concentrar-se na limitação do desmatamento e desenvolver 2-3 cenários de implementação da NDC.
- Após a introdução o Ministro do Meio Ambiente e o assessor do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento compartilharam suas expectativas, visões e prioridades absolutas para avançar na agenda de curto prazo e na implementação da NDC brasileira.
- O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, comunicou dados preliminares sobre queda do desmatamento nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e enfatizou a necessidade de reverter o recente aumento nos níveis de desmatamento na Amazônia. Ele ampliou as

medidas atuais de controle do desmatamento, enfatizando que o controle por si só não resolverá o problema do aumento do desmatamento e defendendo que as estruturas econômicas serão vitais para valorizar a floresta.

- O Ministro do Meio Ambiente (MMA) pontuou as ações mais recentes pertinentes à pauta de mudança do clima e florestas, como a operacionalização do SINAFLOR e a parceria com os estados na implementação do Cadastro Ambiental Rural. O Ministro destacou a necessidade da CT não buscar utopia, mas resultados claros; e evitar soluções aparentemente fáceis e um fluxo imaginário apenas de recursos financeiros nas suas recomendações.
  - Os representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destacaram os compromissos conjuntos anunciados com o MMA no âmbito da COP da Biodiversidade realizada no México em 2016 relativos à recuperação de florestas degradadas e outros (Bonn Challenge). Eles também sinalizaram como prioridades de trabalho desta CT a valorização do patrimônio ambiental em mãos de proprietários privados (cerca de 11 % da cobertura florestal nativa conservada no país) e avanços no Plano Agricultura de Baixo Carbono, como veículo para implementação do Acordo de Paris juntamente com o Código Florestal.
  - Como prioridades, o MAPA listou a gestão da propriedade rural e as valorizações do plano de agricultura de baixo carbono, o Plano ABC, como programa de crédito para atender o Acordo de Paris.
- **Cobrança de respostas do governo federal e do FBMC:**
- O representante de um fórum estadual amazônico de mudança do clima cobrou do MMA resposta à demanda encaminhada há 1 ano (14/3/2016) por meio Fórum Brasileiro quanto à alteração da governança da Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+) de modo que a mesma opere por consenso, busque equilíbrio entre os setores representados e remova a limitação a instrumentos de mercado para o setor florestal.

- **Destaques realizados pelos presentes:**

- A CT como um espaço para civilizar divergências relativas a tema de mercado e florestas;
- A oportunidade colocada pela Resolução 39/3 da Organização Internacional da Aviação Civil (OACI ou ICAO em inglês) de oferecer créditos de carbono florestal para compensar emissões do transporte aéreo;
- A ótica de oportunidade em vez da ótica da restrição ao desenvolvimento foi realçada como um princípio a ser adotado pela CT;
- O Programa ABC como uma iniciativa que se tornou viável pelo acumulado em ciência e tecnologia no país;
- O cumprimento dos compromissos voluntários assumidos pelo governo em 2009 para 2020, com desmatamento na Amazônia abaixo de 4 mil k2 como prioridade de curto prazo;
- A discussão do repique do desmatamento como uma questão a ser considerada no contexto do cumprimento dos tais compromissos para 2020;
- A ambição de que o Plano Safra se torne o Programa ABC no médio prazo;
- A revisão da governança da política nacional de mudança do clima, coordenada pela Casa Civil, como processo que pretende reforçar abordagens econômicas na regulação e condução da política;
- A necessidade de se garantir financiamento previsível e adequado (em escala e diversificado) para a área de florestas, haja vista que os repiques recentes na taxa de desmatamento estão associados a momentos de sub-financiamento de ações ordinárias da administração pública e pressões associadas a projetos estatais (mencionou-se a BR 319 no Amazonas, com a ponderação de que a mesma pode ser uma ameaça e também uma oportunidade, caso sirva para o escoamento da produção madeireira legal na região);
- A necessidade de se realizar operações em grande escala com participação das Forças Armadas e forte cobertura de mídia para

recriar um efeito inibidor e dissuasor em relação aos múltiplos focos de desmatamento de origem criminosa.

- A inter-relação entre esta CT e a CT de Finanças;
  - Houve interesse de alguns membros e a relutância de outros em explorar a relação entre os assuntos dessa CT e o artigo 6o do Acordo de Paris, relativo ao “novo MDL”, ou mecanismo de desenvolvimento sustentável (MDS), da UNFCCC;
  - A importância de se aprofundar a solucionática das variações no solo como parte da mensuração e aferição de ações de mitigação de gases de efeito estufa na agricultura.
- **Discussões e encaminhamentos práticos:**
- **Sobre o aumento observado do desmatamento em 2016 e a meta de redução de emissões em 2020**, foram levantados dois pontos, a saber, financiamento e governança. Em termos de financiamento, sugeriu-se aumentar a proporção do Programa ABC no Plano Safra; trabalhar com um mercado de emissões doméstico de CO<sub>2</sub>; fazer uso de um mecanismo de compensação de CO<sub>2</sub> e outras estratégias diversas e de longo prazo; Integrar os mecanismos nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável. No que se refere à governança, recomendou-se manter um diálogo contínuo com o Governo Federal; reforçar a transversalidade dos esforços em todos os setores; e aumentar a visibilidade da questão. Ponderou-se se faria sentido dedicar esforços específicos sobre a questão do desmatamento e discutiu-se se faria sentido usar a Comissão Executiva dos PPCDs para uma discussão atinente às NAMAS. Ponderou-se que os processos de trabalho para avaliação e formulação de uma nova etapa dos planos de prevenção e controle do desmatamento foram concluídos no ano passado e que não faria sentido reativá-los para o propósito da PNMC neste momento. -
- Conclusões: Criar um Grupo de Trabalho para focar no desmatamento e organizar a primeira reunião do grupo de trabalho (possivelmente em Manaus). As seguintes organizações já se comprometeram a participar do grupo de trabalho: SFB, IDESAM, GTA,**

**IPAM, FAS, Tasso Azevedo, UFMG, Agroicone e FAS.**

- **Sobre a potencial oferta de créditos de carbono florestal para compensar emissões do transporte aéreo.** Por um lado, foi sugerido que a compensação não gera resultados reais de mitigação, dando sobrevida a atividades poluidoras, e que uma oferta de offsets pelo Brasil dificultaria o cumprimento da nossa NDC. Por outro lado, foi argumentado que a fixação de preços do carbono e a concessão de financiamento incentivam a mitigação e que as compensações não estão vinculadas a NDCs e ao Acordo de Paris. Foram ainda levantados pontos como: relação com a implementação da NDC Brasileira, implicações da possível oferta de créditos para a mitigação total a ser realizada pelo Brasil e inserção no contexto de meios de financiamento para ações de mitigação no setor florestal. O Secretário Executivo do FBMC inquiriu o grupo de presentes acerca da pertinência de tratar o assunto no âmbito da CT. Houve reação negativa (por quem entende que o tema pode ser uma distração à CT, entre outros) e positiva (pelos que entendem que há legitimidade em se acolher demandas de membros pela CT, entre outros). Foi informada a existência de um grupo fechado que tem discutido esse assunto juntamente com outros relativos a opções de financiamento (do qual participam MMA, IPAM, UFMG e outros). O Ministério das Relações Exteriores indicou a necessidade de se esclarecerem os prazos do processo internacional em curso e se dispôs a oferecer maiores explicações sobre o mesmo. Secretário Executivo do FBMC ponderou que não se pré-julgue o resultado nem se deixe de fazer a discussão demandada por membros. → **Conclusões: Criar um Grupo de Trabalho temporário para avaliar a oportunidade/o risco de usar compensações. O grupo de trabalho terá a facilitação do sr. Mariano Cenamo (IDESAM, FAMC).**
- **Sobre agropecuária.** Houve a indicação de criação de um grupo de trabalho dedicado a revisar o Plano ABC, reforçar o *mainstreaming* da agricultura de baixo carbono no Plano Safra e explorar mecanismos como um fundo garantidor. O MAPA manifestou que esse GT seja aliado de uma Comissão que está sendo instalada no



Ministério para questões de sustentabilidade do agronegócio. →

**Conclusões: A Câmara trabalhará em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Agrícola Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Nutrição para revisar e integrar o Plano ABC com o Plano Safra, sob coordenação provisória do MAPA/João Campari.**

**Indicaram interesse em participar do GT: IPAM, WRI, SFB, Agroicone, UFMG, Imaflora e Coalizão.**

- **Sobre cenários de emissões.** Informou-se que alguns grupos têm atualizado as premissas de crescimento econômico brasileiro para simulação de cenários, afetando inclusive as projeções de emissões relativos ao setor de uso da terra. Houve reação quanto à rediscussão de premissas consideradas na NDC brasileira e ponderação quanto ao sinal de que se espera um crescimento negativo da economia do país. - **Conclusões: A próxima reunião da CT abordará o tema, considerando ainda sua interação com a CT Visão de Longo Prazo.**

- Recomendações à CT:

- Considerar questões como “quem somos”, “o que fazemos”, “o que queremos” para encaminhar o trabalho;
- Realizar um mapeamento sobre “quem está fazendo o quê” no momento vis-a-vis NDC brasileira e temas a serem trabalhados nas CTs;
- Trabalhar com reuniões mensais entre março e outubro, com foco na entrega de uma proposta de implementação da NDC brasileira, buscando viabilizar o acesso remoto aos encontros;
- Os GTs específicos devem reportar à Câmara Temática periodicamente;
- Próxima reunião focará em resultados dos modelos de emissões, recorte de uso da terra; a seguinte poderá tratar de financiamento e na sequência, adaptação.

- Encaminhamentos:

- A Câmara se reunirá mensalmente (oferecendo a opção de videoconferência) e desenvolverá cenários NDC até outubro deste

ano.

- Próxima reunião da CT será em abril; data a ser informada em breve;
- Calendário tentativo das reuniões de 2017 será indicado por email em breve;
- Coordenação geral da CT ficará a cargo de MAPA, EMBRAPA e Coalizão Clima, Agricultura e Florestas, inicialmente;
- Metodologia de trabalho da CT engloba um documento-base prévio à 2ª reunião, que facilite o entendimento das premissas e dos resultados de modelagens e estudos disponíveis (Opções de Mitigação, IES-Brasil, BID) e a discussão técnica na CT;
- 3 Grupos de Trabalho foram criados; os mesmos terão agendas próprias e paralelas à CT e comunicar-se-ão periodicamente à mesma;
  - Grupo I - Desmatamento e metas de 2020, facilitado inicialmente por Virgílio Viana
  - Grupo II - Agricultura de Baixo Carbono e Plano Safra facilitado inicialmente por João Campari
  - Grupo III - Offsets florestais na ICAO facilitado inicialmente por Mariano Cenamo